

## EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA

Chamada Pública n.º 02/2014 para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar com Dispensa de Licitação, Lei n.º 11.947 (16/06/2009) e Resolução n.º 26 do FNDE (17/06/2013).

A Escola **CEJA Gov. Luiz Gonzaga da Fonseca Mota**, com sede na Rua Monsenhor Coelho, S/N, Bairro Centro, Iguatu-Ceará, inscrita no CNPJ sob o nº 07.954.514/0671-14, representada neste ato pela Diretora **Francinilda Barros Maia**, CPF nº 835.972.551-91, no uso de suas prerrogativas legais, e considerando o disposto no art. 14 da Lei nº 11.947/2009 e Resolução FNDE/ CD n.º 26/2013, vem realizar Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, durante o período de 08 de dezembro de 2014 a 12 de janeiro de 2015.

### 1. OBJETO

O objeto da presente é a Aquisição de Gêneros Alimentícios para Alimentação Escolar, conforme especificações detalhadas no Anexo I desta Chamada Pública.

### 2. DATA, LOCAL E HORA PARA ENTREGA DOS ENVELOPES:

Até o dia e hora abaixo discriminados, na sede da Escola acima especificada, os interessados entregarão dois envelopes distintos, sendo um de documentação – HABILITAÇÃO e outro de PROPOSTA DE PREÇOS.

Dia 03 de dezembro de 2014, das 07:00 até as 13:00 horas.

### 3. DATA, LOCAL E HORA PARA ABERTURA DOS ENVELOPES

No dia e hora abaixo discriminados, na Escola acima especificada.

Dia 03 de dezembro de 2014, às 14:00 horas.

### 4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA CHAMADA PÚBLICA

4.1. - Poderão participar desta Chamada Pública os interessados que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital.

4.2. - Os fornecedores serão Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais, detentores de Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - DAP Jurídica, conforme a Lei da Agricultura Familiar nº 11.326, de 24 de julho de 2006, e enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, Fornecedores Individuais, detentores de DAP Física, não organizados em grupo. Dos Grupos Informais de agricultores familiares detentores de DAP Física organizados em grupo.

4.3. A participação de associações no presente Edital de Chamada Pública será meramente de caráter representativo de seus associados, por se tratar de entidade sem fins econômicos. O contrato poderá ser firmado entre a CREDE / Escola e a Associação, porém o pagamento deverá

ser realizado diretamente aos agricultores, individualmente, que emitirão nota fiscal em seu próprio nome, conforme orientação encontrada no “Manual de Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar” - FNDE, disponível na página eletrônica do referido órgão.

#### 4.4. HABILITAÇÃO DAS PROPOSTAS -ENVELOPE N° 001

Os proponentes deverão apresentar no Envelope n° 001 – HABILITAÇÃO - os documentos abaixo enumerados, sob pena de inabilitação:

##### 4.4.1 - DOS FORNECEDORES INDIVIDUAIS, DETENTORES DE DAP FÍSICA, NÃO ORGANIZADOS EM GRUPO:

- a– Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- b – Extrato da DAP Física do agricultor familiar participante, emitido nos últimos 30 dias;
- c – Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e/ou Empreendedor Familiar Rural para Alimentação Escolar com assinatura do agricultor (Anexo II);
- d - Prova de atendimento de requisitos previstos em lei específica, quando for o caso;
- e –Declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são oriundos de produção própria, relacionada no projeto de venda.

##### 4.4.2 - DOS GRUPOS INFORMAIS DE AGRICULTORES FAMILIARES, DETENTORES DE DAP FÍSICA, ORGANIZADOS EM GRUPO:

- a- Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- b- Extrato da DAP Física de cada agricultor familiar participante, emitido nos últimos 30 dias;
- c – Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e/ou Empreendedor Familiar Rural para Alimentação Escolar com assinatura de todos os agricultores participantes;
- d – Prova de atendimento de requisitos previstos em lei específica, quando for o caso; e
- e – Declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos agricultores familiares relacionados no projeto de venda.

##### 4.4.3 - DOS GRUPOS FORMAIS, DETENTORES DE DAP JURÍDICA:

- a – Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- b – Extrato da DAP Jurídica para associações e cooperativas, emitido nos últimos 30 dias;
- c – Prova de regularidade com a Fazenda Federal, relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- d – Cópias do estatuto e ata de posse da atual diretoria da entidade registrada no Órgão competente;
- e – Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar;
- f– Declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos associados relacionados no projeto de venda; e
- g – Prova de atendimento de requisitos previstos em lei específica, quando for o caso.

4.4.4 - Devem constar nos projetos de venda de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar o nome, CPF e nº da DAP FÍSICA de cada agricultor Familiar dos gêneros constantes no projeto.

#### 4.5 - ENVELOPE N.º. 002 – PROPOSTA DE PREÇOS

No Envelope n.º. 002 deverão conter a Proposta de Preços, ao que se segue:

- a) Ser formulada em 01 (uma) via, contendo a identificação do agricultor familiar ou associação/cooperativa, devidamente datada e assinalada;
- b) Discriminação completa dos gêneros alimentícios ofertados, conforme especificações e condições do Anexo I;
- c) Preço unitário de cada item (algarismo), devendo ser cotado em Real e com até duas casas decimais após a vírgula (R\$ 0,00).

#### 4.6- DAS AMOSTRAS DOS PRODUTOS

As amostras dos produtos deverão ser entregues na Escola, no dia e hora da Chamada Pública, para avaliação e seleção do produto a ser adquirido, as quais deverão ser submetidas a testes necessários, imediatamente após a fase de habilitação.

#### 4.7- DO JULGAMENTO ( Ordem de Prioridade)

- a- Fornecedor local do município ;
- b- Assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas;
- c- Fornecedores de gêneros alimentícios certificados com orgânicos ou agroecológicos, segundo a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003;
- d- Os Grupos Formais (organizações produtivas detentoras de Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP Jurídica) sobre os Grupos Informais (agricultores familiares, detentores de Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP Física, organizados em grupos) e estes sobre os Fornecedores Individuais; e- Organizações com maior porcentagem de agricultores familiares e/ou empreendedores familiares rurais no seu quadro de sócios, Conforme DAP Jurídica.
- f- Em caso de ocorrer empate, será realizado sorteio.
- g- Caso a Escola não obtenha as quantidades necessárias de produtos oriundos de produtores e empreendedores familiares locais, estas deverão ser complementadas com propostas de grupos de produtores e empreendedores familiares do território rural, do estado e do país, nesta ordem.

#### 4.8- LOCAL DE ENTREGA E PERIODICIDADE

Os produtos deverão ser entregues na sede da Escola que atestarão o seu recebimento, conforme cronograma de entrega.

#### 5. FONTE DE RECURSO

Recursos provenientes do Convênio FNDE – PNAE.

## 6. PAGAMENTO

6.1. - O pagamento será realizado após a publicação do contrato no Diário Oficial do Estado (DOE) e a cada entrega dos produtos, mediante nota fiscal, através de cheque ao portador.

6.2. - O valor pago anualmente a cada agricultor não poderá exceder a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

## 7. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 - O participante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, retardar a assinatura/celebração do Contrato após sua convocação, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Estado pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das sanções disciplinadas na legislação pertinente.

7.2 - O participante que não cumprir o prazo de entrega aqui estipulado, terá caracterizado o descumprimento total da obrigação assumida com a proposta, ficando sujeito às sanções legais cabíveis.

7.3. Em caso de atraso na entrega dos produtos, objeto deste chamamento público, poderá ser aplicado ao Contratado multa moratória de valor equivalente a até 1% (um por cento) sobre o valor total do produto, por dia útil excedente.

## 8. FATOS SUPERVENIENTES

8.1. Os eventos previstos nesta Chamada Pública estão diretamente subordinados à realização e ao sucesso das diversas etapas do processo. Na hipótese de ocorrência de fatos supervenientes à sua publicação, que possam vir a prejudicar o processo e/ou por determinação legal ou judicial, ou ainda por decisão da Secretaria da Educação do Estado do Ceará, poderá haver:

I - Adiamento do processo;

II - Revogação deste Edital ou sua modificação no todo ou em parte.

Declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são oriundos de produção própria, relacionada no projeto de venda.

## 9. DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 - O preço de aquisição será o preço médio pesquisado por, no mínimo, três mercado em âmbito local, territorial, estadual ou nacional, nessa ordem, priorizando a feira do produtor da Agricultura Familiar, quando houver.

9.2 - A participação de qualquer proponente vencedor no processo implica a aceitação tácita, incondicional, irrevogável e irretratável dos seus termos, regras e condições, assim como dos seus anexos.

**9.3.** Para fruição do benefício de isenção do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação – **ICMS**, os fornecedores individuais, detentores de DAP física, os grupos informais de agricultores familiares e grupos formais de agricultores familiares, detentores de DAP jurídica, deverão estar devidamente cadastrados junto à Secretaria de Desenvolvimento Agrário – SDA,



GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ  
*Secretaria da Educação Básica*

SEDUC - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO ESTADO DO CEARÁ  
CENTRO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS  
GOV. LUIZ DE GONZAGA FONSECA MOTA  
REC. C.E.C. PARECER N.º 0052/2014 – VAL. 31/12/2015  
INEP: 23180617

conforme dispõe a Lei Estadual n° 15.055 de 06 de dezembro de 2011.

#### 10. FORO

A presente Chamada Pública é regulada pelas leis brasileiras, sendo exclusivamente competente o Foro do Município de Iguatu para conhecer e julgar quaisquer questões dela decorrentes.

Iguatu-Ce, 25 de novembro de 2014.

---

Assinatura da Diretora da Escola

## ANEXO I

### PLANILHA DE QUANTIDADES

Item	Qtd.	Und.	Preço Médio R\$	Descrição dos Gêneros Alimentícios
01	40	Kg	2,80	<b>Macaxeira</b> , De primeira qualidade. Tipo A. A maioria é adquirida a granel, em quilo (Kg).
02	40	Kg	3,00	<b>Jerimum Caboclo</b> , De primeira qualidade. Tipo A. A maioria é adquirida a granel, em quilo (Kg).
03	160	Kg	3,50	<b>Banana – Tipo Prata</b> , sem ferimentos, casca uniforme e livre de fungos ou parasitas.
04	160	Kg	2,00	<b>Mamão</b> , apresentar casca brilhosa livre de machucados isento de matéria terrosa.
05	48	Kg	2,70	<b>Goiaba</b> , vermelha de 1ª qualidade, adquirida a granel, em quilo (Kg), tamanho médio.
06	40	Kg	4,00	<b>Tomate</b> , cor uniforme, livre de machucados.
07	08	Kg	6,50	<b>Cheiro verde</b> , De 1ª qualidade em Kg ou parelha.
08	20	Kg	5,50	<b>Pimentão</b> , verde de 1ª qualidade, tamanho médio. (KG)
09	160	Kg	2,00	<b>Arroz</b> , Tipo 2 fino sem casca.
10	30	Kg	4,00	<b>Feijão</b> , Tipo 2, safra 2014.
11	220	Kg	4,80	<b>Polpa de frutas</b> , congelada, selecionada, isenta de contaminação; embalagem de 200g acondicionadas em saco plástico de polietileno de 01kg. Constar a data de fabricação, prazo de validade de no mínimo 06 meses e nºdo registro do MAPA.

## ANEXO II

## CRONOGRAMA DE ENTREGA

### 1 – MACAXEIRA – 40 KG.

DATA	HORÁRIO	QUANTIDADE
08/12/2014	8:00	20 KG
05/01/2015	8:00	20 KG

### 2- JERIMUM CABOCLO – 40 KG

DATA	HORÁRIO	QUANTIDADE
08/12/2014	8:00	20 KG
05/01/2015	8:00	20 KG

### 3 - BANANA – 160 KG.

DATA	HORÁRIO	QUANTIDADE
08/12/2014	8:00	40 KG
15/12/2014	8:00	40 KG
05/01/2015	8:00	40 KG
12/01/2015	8:00	40 KG

### 4 - MAMÃO – 160 KG

DATA	HORÁRIO	QUANTIDADE
08/12/2014	8:00	40 KG
15/12/2014	8:00	40 KG
05/01/2015	8:00	40 KG
12/01/2015	8:00	40 KG

### 5 - GOIABA – 50 KG

DATA	HORÁRIO	QUANTIDADE
08/12/2014	8:00	13 KG
15/12/2014	8:00	12 KG
05/01/2015	8:00	13 KG
12/01/2015	8:00	12 KG

### 6 – TOMATE – 40 KG

DATA	HORÁRIO	QUANTIDADE
08/12/2014	8:00	10 KG
15/12/2014	8:00	10 KG
05/01/2015	8:00	10 KG
12/01/2015	8:00	10 KG

### 7 – CHEIRO VERDE – 08 KG

DATA	HORÁRIO	QUANTIDADE
08/12/2014	8:00	02 KG
15/12/2014	8:00	02 KG
05/01/2015	8:00	02 KG
12/01/2015	8:00	02 KG



GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ  
Secretaria da Educação Básica

SEDUC - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO ESTADO DO CEARÁ  
CENTRO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS  
GOV. LUIZ DE GONZAGA FONSECA MOTA  
REC. C.E.C. PARECER N.º 0052/2014 – VAL. 31/12/2015  
INEP: 23180617

8 – PIMENTÃO – 20 KG

DATA	HORÁRIO	QUANTIDADE
08/12/2014	8:00	05 KG
15/12/2014	8:00	05 KG
05/01/2015	8:00	05 KG
12/01/2015	8:00	05 KG

9 – ARROZ – 160 KG

DATA	HORÁRIO	QUANTIDADE
08/12/2014	8:00	40 KG
15/12/2014	8:00	40 KG
05/01/2015	8:00	40 KG
12/01/2015	8:00	40 KG

10 - FEIJÃO – 30 KG

DATA	HORÁRIO	QUANTIDADE
08/12/2014	8:00	15 KG
05/01/2015	8:00	15 KG

11 - POLPA DE FRUTAS – 220 KG

DATA	HORÁRIO	QUANTIDADE
08/12/2014	8:00	55 KG
15/12/2014	8:00	55 KG
05/01/2015	8:00	55 KG
12/01/2015	8:00	55 KG